

RECURSO ESPECIAL Nº 1.792.342 - PE (2019/0012070-5)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : A PEREIRA TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO : BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO E OUTRO(S) - PE011338
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto em 20/03/2018, mediante o qual se impugna acórdão, proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que rejeitou a alegação de prescrição de créditos tributários, objeto de Execução Fiscal.

No Recurso Especial, manejado com base na alínea **a** do permissivo constitucional, alega-se violação aos arts. 389 e 1.022 c/c 1.025 do CPC/2015, 151, III, e 174 do CTN e 21 do Decreto 70.235/72.

Sustenta-se, em síntese, que:

"Com efeito, tem-se que a declaração de intempestividade da impugnação apresentada pela Recorrente teve o condão de instaurar 04 (quatro) situações, quais sejam:

- 1) afastar a fase litigiosa do procedimento fiscal;
- 2) declarar constituído definitivamente o crédito tributário que ocorreu em 09/04/2009;
- 3) afastando a suspensão do crédito tributário decorrida da impugnação fiscal, com base no artigo 151, III do CTN;
- 4) autorizar o ajuizamento da cobrança executiva.

Inclusive a lei que dispõe acerca do procedimento administrativo fiscal (Decreto nº 70.235/1972) é clara no sentido que o não conhecimento da defesa apresentada é capaz de ser declarada a revelia, com a imediata realização do processo de cobrança. Ei-los:
(...)

Assim, embora a Recorrente tenha continuado a se insurgir contra o capítulo da decisão que declarou a intempestividade, não havia mais que se falar em questionamento acerca da cobrança do crédito tributário, já que a declaração de intempestividade da impugnação administrativa deixou de ser litigioso o crédito tributário discutido na mesma, de forma que a partir desse momento foi inaugurado o prazo prescricional" (fls. 615/616e).

Aduz-se, ainda, que o acórdão recorrido padeceria de omissão, porquanto teria deixado de reconhecer os efeitos da prescrição, no caso concreto.

Requer-se, por fim, "a esse Colendo Tribunal que se digne de DAR PROVIMENTO ao Recurso Especial interposto, reformando o v. acórdão de fls., para que sejam declarados os efeitos da prescrição no tocante à cobrança do crédito tributário

constituído em título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 174 do CTN, dada a superação do prazo legal para a sua cobrança, por ser uma forma de se fazer JUSTIÇA!" (fls. 622/623e).

Sem contrarrazões.

Recurso Especial admitido (fls. 645/646e).

O presente recurso não merece prosperar.

De início, cumpre afastar a alegação de omissão no acórdão. Dessarte, o que o ora recorrente denomina de omissão, na verdade, consiste em divergência acerca do sentido da norma jurídica aplicável ao caso. Divergência desse tipo desafia a interposição de recurso à superior instância, não correção do julgado mediante Embargos de Declaração.

No mérito propriamente dito, entende a jurisprudência desta Corte que o recurso ou a impugnação administrativa, mesmo intempestiva, suspende a exigibilidade do crédito tributário e, bem assim, o curso do prazo prescricional, que somente volta a fluir da notificação do contribuinte acerca do trânsito em julgado da decisão administrativa.

Senão, vejamos:

"TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO
CARACTERIZADA. SANEAMENTO. PRESCRIÇÃO
TRIBUTÁRIA. SUSPENSÃO. RECURSO
ADMINISTRATIVO. REEXAME DE FATOS E PROVAS.
IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Os embargos declaratórios são cabíveis para a modificação do julgado que se apresenta omissivo, contraditório ou obscuro, bem como para sanar eventual erro material no julgado, o que ocorreu no presente caso.

2. Nos termos da jurisprudência do STJ, a reclamação ou recurso administrativo, mesmo intempestivo, suspende a exigibilidade do crédito tributário e, por consequência o curso do prazo prescricional, enquanto perdurar o contencioso administrativo, nos termos do art. 151, III, do CTN.

3. Hipótese em que a análise da prescrição requer, necessariamente, o reexame de fatos e provas, o que é vedado ao STJ, na via estreita do recurso especial, por esbarrar no óbice da Súmula 7/STJ.

Embargos de declaração acolhidos, sem efeitos modificativos" (STJ, EDcl no AgRg no REsp 1.401.122/PE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 03/02/2014).

"TRIBUTÁRIO. PROCESSO ADMINISTRATIVO.
IMPUGNAÇÃO INTEMPESTIVA. ARTS. 14 E 15 DO
DECRETO 70.235/1972.

1. Discute-se nos autos a exigibilidade do crédito tributário, na hipótese de julgada intempestiva a impugnação administrativa.
2. **O lançamento do crédito tributário se completa e faz surgir a obrigação do sujeito passivo de pagar o débito somente após o trânsito em julgado da decisão administrativa.**
3. **Apenas com o transcurso do prazo da notificação para o sujeito passivo da obrigação tributária efetuar o pagamento é que nasce o direito do Fisco de ajuizar ação de cobrança. Assim, só há falar em prescrição no momento em que o direito de ação for exercitável (princípio da 'actio nata').**
4. Agravo Regimental não provido" (STJ, AgRg nos EDcl no REsp 1.225.654/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 16/05/2011).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, **nego provimento** ao Recurso Especial.

Sem honorários. Decisão interlocutória.

I.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora